



PREFEITURA DE VIÇOSA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Praça Emílio Jardim, nº55, Centro, CEP:36570-000-Viçosa-MG  
Tel: (31) 3892-9242 (31) 3892-3418



**TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2017/SME**

Termo de Colaboração que entre si celebram o MUNICÍPIO DE VIÇOSA e a ASSOCIAÇÃO MARIANA BENEFICENTE - AMARBEN, para os fins que especifica.

O Município de Viçosa, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.132.449/0001-79, neste ato representado pelo Senhor Ângelo Chequer, Prefeito Municipal de Viçosa, solteiro, CPF nº. 054.320.696-36 e C.I. nº.MG-12.595.257 SSP-MG, doravante denominado MUNICIPIO e a Associação Mariana Beneficente - AMARBEN, entidade sem fins lucrativos, reconhecida pelo CNPJ/MF nº 02.005.183/0001-63, com sede na Rua Cationilio Braz Fernandes, nº. 134, Bairro Bom Jesus, Viçosa-MG, nesta oportunidade representada por seu presidente Clarindo Vieira Neto, CPF nº. 225.746.207-63 e C.I. 2.282.347SSP-MG, doravante denominada AMARBEN resolvem celebrar o TERMO DE COLABORAÇÃO, com fundamento e Leis Municipais nº 2626/2017 e 2629/2017, sujeitando-se, no que couber na Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. É objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, o apoio financeiro a OSC, por meio de transferência de recursos proveniente de transferência oriunda da Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único: A OSC desenvolve atividades com a 81 crianças de 1 (um) ano e seis meses a três anos e onze meses de idade abordando questões relevantes contribuindo para a construção de novos conhecimentos e formação de atitudes e valores que refletem no desenvolvimento de habilidades favorecendo a capacidade da valorização social e inclusiva.

- 1.2 A OSC proporá através de um plano de trabalho as ações que desenvolverá para atender aos objetivos da comunidade. O Plano de Trabalho deverá ser aprovado pelo Conselho Municipal de Educação e determinará as metas a serem cumpridas e os indicadores a serem acompanhados para o controle do cumprimento do objeto, com qualidade.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO**

A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL nomeia como gestor do presente Termo de Colaboração o Secretário Municipal de Educação, delegando poderes para designação de outro servidor para responder pela gestão em tela.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS**



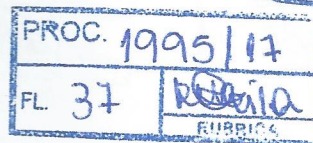
PREFEITURA DE VIÇOSA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Praça Emilio Jardim, nº55, Centro, CEP:36570-000-Viçosa-MG

Tel: (31) 3892-9242 (31) 3892-3418



#### I – SÃO OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

- a) Transferir os recursos financeiros para a execução deste objeto de acordo com o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- c) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, antes e durante a vigência do objeto;
- d) Os recursos deverão ser depositados e movimentados em conta bancária específica indicada pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- e) Aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
- f) Notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Viçosa;
- g) Publicar o extrato deste instrumento;
- h) Receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL;
- i) Elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a fim de atender os princípios da Administração Pública: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, Art. 37 da Constituição Federal, cumulado com artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e avaliar se houve aplicação correta dos recursos no Plano de Trabalho apresentado conf. art. 59 da Lei de nº 13.019/2014;
- j) Aplicar as penalidades previstas neste instrumento;
- k) Manter, em seu sítio oficial na internet, as informações da parceria celebrada e o Plano de Trabalho, até cento e oitenta dias, após o respectivo encerramento.

#### II – SÃO OBRIGAÇÕES DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Colaboração;
- b) Prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;
- c) Permitir o livre acesso dos agentes da administração pública, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- d) Se responsabilizar pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;
- e) Se responsabilizar pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento do Termo de Colaboração, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer

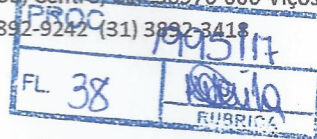


PREFEITURA DE VIÇOSA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Praça Emílio Jardim, nº55, Centro, CEP-36570-000-Viçosa-MG

Tel: (31) 3892-9242 (31) 3892-3418



- oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução;
- f) Manter em seus arquivos, durante o prazo de 05 (cinco) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas integral, os documentos originais que compõem a prestação de contas;
  - g) Identificar o número do Instrumento da parceria e Órgão repassador no corpo dos documentos da despesa, e em seguida extrair cópia para anexar à prestação de contas a ser entregue no prazo a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, inclusive indicar o valor pago quando a despesa for paga parcialmente com recursos do objeto;
  - h) Divulgar esta parceria em seu sítio na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme previsto no art. 11 da Lei 13.019/2014;
  - i) Comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento da fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência.
  - j) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.
  - k) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outra Organização da Sociedade Civil, congêneres ou não;
  - l) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
  - m) Comprovar todas as despesas, que deverá ocorrer dentro do prazo de vigência do Termo, por meio de nota fiscal eletrônica ou recibo de autônomo (RPA), com a devida identificação da parceria celebrada, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados, comprovado por meio de controles ou registros, além de demonstrar os custos praticados ou ajustados de forma a permitir a conferência atinente à regularidade dos valores pagos;
  - n) Aplicar os recursos repassados pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e os correspondentes à sua contrapartida, exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;
  - o) Comprovar a existência de conta bancária específica e exclusiva para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta bancária;
  - p) Ressarcir aos cofres públicos os saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 31 de janeiro do exercício seguinte, salvo se forem utilizados;
  - q) Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados



PREFEITURA DE VIÇOSA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Praça Emilio Jardim, nº55, Centro, CEP:36570-000-Viçosa-MG

Tel: (31) 3892-9242 (31) 3892-3418

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



- corretamente conforme o Plano de Trabalho e dentro do prazo de vigência previsto no Termo;
- r) Comprovar mensalmente e de forma integral no final do Termo de Colaboração, todas as metas quantitativas e qualitativas, e atendimentos de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
  - s) Efetuar cotação e pesquisa de preços, conforme regulamento próprio da Organização da Sociedade Civil, para aquisição de materiais e serviços.
  - t) Manter-se adimplente com o Poder Público naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
  - u) Comunicar a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL a substituição dos responsáveis pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, assim como alterações em seu Estatuto.

#### CLÁUSULA QUARTA – REGIME JURÍDICO DO PESSOAL

A contratação de empregados para a execução do objeto, quando pagos integralmente com recursos desta parceria deverá obedecer ao princípio da legalidade, impessoalidade e da publicidade.

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de quaisquer espécies, entre a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e o pessoal que a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL utilizar para a realização dos trabalhos ou atividades constantes deste Instrumento.

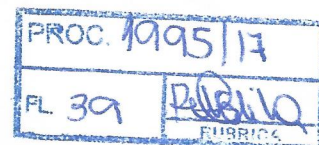
#### CLÁUSULA QUINTA – DA TRANSFERENCIA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Para a execução das atividades previstas neste Termo de Parceria, no presente exercício, a ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL transferirá à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, de acordo com o cronograma de desembolso, a transferência mensal de R\$ 2.425,50 ( dois mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e cinquenta centavos) em cinco parcelas, totalizando R\$ 12.127,50 ( doze mil, cento e vinte e sete reais e cinquenta centavos).

As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros, segundo o cronograma de desembolso, serão depositados na conta específica da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, vinculada ao objeto e aplicados no mercado





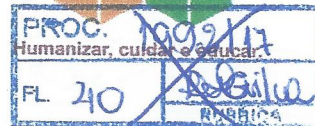
PREFEITURA DE VIÇOSA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Praça Emilio Jardim, nº55, Centro, CEP:36570-000-Viçosa-MG

Tel: (31) 3892-9242 (31) 3892-3418



financeiro ou em caderneta de poupança, até sua utilização.

Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços e/ou emissão de cheques nominais para cada aquisição.

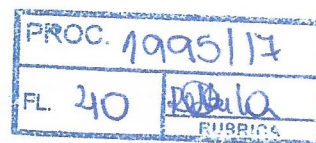
Os rendimentos financeiros dos valores aplicados poderão ser utilizados pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento. A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos.

A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL a participar de novas, acordos ou ajustes com a Administração Municipal.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

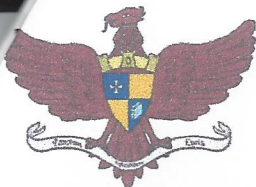
- Inexecução do objeto;
- Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência;
- Descumprimento dos termos previstos neste instrumento.



Parágrafo único: Compromete-se, ainda a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, a recolher à conta da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Prestar contas semestralmente, sob pena de suspensão dos recursos financeiros, e de forma integral das receitas e despesas até 90 (noventa) dias após o término da vigência e segundo a Lei nº 13.019/2014, e de acordo com os critérios e indicações exigidos pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto e de execução financeira, bem como entregar balanço patrimonial, balancete analítico anual, demonstração de resultado do exercício e



PREFEITURA DE VIÇOSA

## PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA

### SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Praça Emílio Jardim, nº55, Centro, CEP:36570-000-Viçosa-MG

Tel: (31) 3892-9242 (31) 3892-3418

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



demonstração das origens e aplicação dos recursos da Organização da Sociedade Civil parceira, segundo as normas contábeis vigentes.

A prestação de contas deverá ocorrer por meio de site, permitindo a visualização por qualquer interessado, conforme Decreto Municipal nº 5.075/2017, dando ampla publicidade e transparência dos recursos públicos.

Comprovada a impossibilidade de prestação de contas através de plataforma eletrônica, ou ainda, quando atendidas às condições previstas no art. 87 da Lei 13.019/2014, as partes, de comum acordo, efetivarão a prestação de contas de modo físico, sem deixar de dar ampla publicidade e transparência dos recursos públicos.

Durante o prazo de 05 (cinco) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas integral, a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se compromete em manter em arquivo os documentos originais legíveis, que compõem a prestação de contas.

#### CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

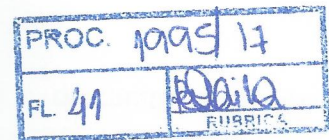
Este Instrumento tem sua vigência de agosto a dezembro /2017, podendo ser aditivada, conforme Lei 13.019/2014.

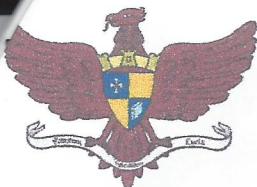
#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) A redistribuição dos recursos recebidos a outras Organizações da Sociedade Civil, congêneres ou não;
- b) Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo e da Administração pública Municipal
- c) Realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- d) Utilizar recursos para finalidade diferente da prevista;
- e) Utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- f) Executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) Transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;
- h) Retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
- j) Adquirir bens permanentes com os recursos municipais;

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES





PREFEITURA DE VIÇOSA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Praça Emilio Jardim, nº55, Centro, CEP:36570-000-Viçosa-MG

Tel: (31) 3892-9242 (31) 3892-3418

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



PROC. 1995/17	
Humanizar, cuidar e educar.	
FL. 29	<i>[Handwritten Signature]</i>
PÚBLICA	

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá aplicar as seguintes penalidades a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL pelo não cumprimento do presente instrumento:

- Advertência;
- Suspensão dos recursos;
- Multa;
- Declaração de idoneidade e proibição de recebimento de recursos públicos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição.

PROC. 1995/17	
FL. 29	<i>[Handwritten Signature]</i>
PÚBLICA	

§1º Todas as penalidades mencionadas deverão estar devidamente fundamentada e concedido direito de ampla defesa e contraditório.

§ 2º A aplicação de multa será de 0,5% a 1% do valor total deste Termo de Colaboração.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer tempo, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência, desde que cumprido o prazo mínimo de 90 (noventa) dias para publicidade dessa intenção.

Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Colaboração o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO**

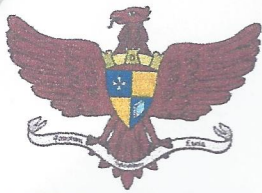
Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO, inclusive com reajuste dos valores repassados, se devidamente justificado e observada a disponibilidade e conveniência do interesse público.

Parágrafo Único: Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Controle Interno, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO**

O extrato do presente Termo de Colaboração será publicado por meio oficial, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº 13.019 de 31/07/2014.

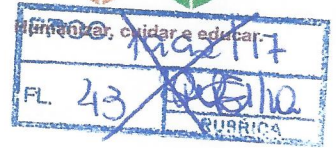
*[Handwritten Signature]*



PREFEITURA DE VIÇOSA

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VIÇOSA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Praça Emilio Jardim, nº55, Centro, CEP:36570-000-Viçosa-MG  
Tel: (31) 3892-9242 (31) 3892-3418



**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO**

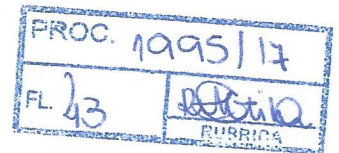
As partes elegem o Foro da Comarca de Viçosa para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

Viçosa, 28 de agosto de 2017.



\_\_\_\_\_  
ANGELO CHEQUER  
Prefeito Municipal de Viçosa - MG

\_\_\_\_\_  
CARMÉLIA FONTES PIMENTEL  
Presidente da AMARBEN

\_\_\_\_\_  
ANA LOURICÉLIA CHAGAS MONTEIRO  
Secretária Municipal de Educação